

O Conceito de Pan-Americanismo e a Velha República: considerações a partir de boletins mensais da União Pan-Americana

JORGE LUCAS SIMÕES MINELLA*

Entre outubro de 1889 e abril de 1890 ocorreu, em Washington D.C., a Primeira Conferência Pan-Americana, convocada pelos Estados Unidos, inaugurando o “pan-americanismo moderno”. A proposta fundamental daquela conferência – a elaboração de um acordo de união aduaneira continental – fracassou. O legado prático desta Conferência, além de indicações sobre os caminhos futuros do pan-americanismo, foi a criação, em 14 de abril, da União Pan-Americana. Inicialmente mantida pelo Departamento de Estado, com funções estritamente ligadas ao projeto de união aduaneira, ela foi se modificando ao longo dos anos e tornou-se parte importante do mecanismo de difusão dos “ideais pan-americanos”.

A instituição sofreu uma reforma em 1901, na segunda Conferência Pan-Americana, na Cidade do México, e depois em 1928, na 6ª Conferência, em Havana, quando foi elaborada uma convenção sobre seu funcionamento, que incluía votação igualitária entre as 21 repúblicas. Suas funções foram definidas como “não políticas”: a discussão política ficaria a cargo da Assembleia Geral, que acontecia nas Conferências. A União seria apenas um órgão executivo das determinações coletivas, e, também, responsável pela elaboração de estudos técnicos relacionados aos temas a serem debatidos em assembleia¹.

Ao longo dos anos uma série de departamentos foram criados e consolidados no interior da instituição². Um dos principais, e que aqui nos interessa, era a Seção

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do CNPq.

¹ Biblioteca Nacional (BN) II-359,5,19, n. 5. *A União Pan-Americana – seu início e desenvolvimento, as seções em que se divide, serviços que presta, 1933*. E BN I-321,5,32. *Relatório das atividades da União Pan-Americana – 1928-1933*.

² No final da década de 1920 o Gabinete do Conselheiro coordenava os diversos departamentos: Biblioteca de Colombo, com mais de 80 mil volumes; Seção de Cooperação Agrícola, Seção de Estatísticas; Gabinete do Consultor Comercial; Seção de Cooperação Intelectual; Seção Editorial. Cada departamento organizou uma série de encontros técnicos, destacando-se, entre 1928 e 1933, por exemplo: Conferência Internacional Americana sobre Conciliação e Arbitramento; Conferência Pan-Americana de Marcas de Fábrica; Congresso Rodoviário Pan-Americano; Conferência Pan-Americana sobre Regulamentação do Tráfico Automotor; Comissão Pan-Americana sobre Praxe Aduaneira e Formalidade de Porto; Primeira Reunião do Instituto Pan-Americano de Geografia e História; Congresso Pan-Americano de Reitores, Decanos e Educadores; Comissão Interamericana de Mulheres; Conferência

Editorial, responsável pela publicação do material produzido nos diversos departamentos, e de um boletim mensal, editado em português, inglês e espanhol, de temática variável. A função do boletim era ser o “veículo oficial da União incumbido de registrar em suas páginas eventos de significação interamericana e transmitir a cada uma das Repúblicas Americanas informações relativas a todas as outras”³. Os cuidados em sua publicação; grande número de fotos e ilustrações, papel de boa qualidade, capa colorida e presença de autores ilustres, especialmente do meio diplomático, atestam a importância dada ao boletim, ainda que sua circulação fosse provavelmente restrita a setores do funcionalismo público, especialmente àqueles ligados à política externa dos países do continente americano.

Buscamos, em uma breve análise de alguns números do boletim, pistas sobre o discurso pan-americano: suas características fundamentais e recorrências, nas décadas de 1910 e 1920, tendo como pano de fundo a ocorrência da política do *big stick* pelos Estados Unidos, inaugurada com o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe. As semelhanças do discurso pan-americano deste período com uma autoimagem estadunidense de progressivismo e democracia, e um discurso civilizatório profundamente relacionado à ideia do Destino Manifesto⁴, são, como veremos, evidentes. O último boletim analisado, uma edição comemorativa do centenário da independência do Brasil, de setembro de 1922, nos dá pistas sobre a relação deste discurso com a posição do país no continente americano.

O boletim de maio de 1917, edição em português, traz na capa a foto de uma estátua de Bolívar em uma praça na cidade de Maracaibo, na Venezuela; na primeira página uma imagem do imponente edifício da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. O primeiro texto é o resumo de um artigo chamado “A Esmeralda na América

Interamericana de Agricultura; 4ª Conferência Comercial Pan-Americana. Para o mesmo período ainda ficaram pendentes os seguintes encontros, que foram sugeridos na Sexta Conferência de 1928: 2º Congresso Pan-Americano de Jornalistas; Comissão Bibliográfica Interamericana; Congresso Pedagógico Pan-Americano; Congresso Pan-Americano de Municipalidades. BN I-321,5,32. *Relatório das atividades da União Pan-Americana – 1928-1933*.

³ BN I-321,5,32. *Relatório das atividades da União Pan-Americana – 1928-1933*.

⁴ Sintetizada por John O’Sullivan em “Annexation,” *United States Magazine and Democratic Review* 17, no.1 (July-August 1845).

Espanhola”⁵, escrito por certo Dr. José E. Pougue, professor de geologia e mineralogia da Northwestern University, de Illinois. Sua versão completa havia saído nos números anteriores das edições em espanhol e inglês. Recheado com imagens de selvas e montanhas, o artigo trata de enumerar depósitos de esmeraldas a serem explorados nas proximidades da nascente do rio Orinoco. Inclui, também, uma breve história da esmeralda ligada à conquista espanhola.

O segundo texto compila trechos escritos por certo A. D. F. Hamlin, identificado apenas como escritor estadunidense, e se chama “Vinte e cinco anos de arquitetura estadunidense”⁶. O texto é um elogio à arquitetura dos Estados Unidos do final do século XIX e início do XX; bibliotecas, universidades, estações de trem e escolas são citadas como exemplos de grandes obras que refletem o florescimento de uma arquitetura estadunidense, sugerindo sua modernidade e, por tabela, a modernidade dos Estados Unidos. O contraste com as fotos de selvas e montanhas esmeraldinas do texto anterior é marcado com imagens de edifícios imponentes construídos no período, como a Biblioteca Pública de Boston, a estação Pensilvânia e o *skyscraper* Woolworth, ambos em Nova York. É feita, aliás, uma menção especial ao *skyscraper* como uma construção símbolo dos Estados Unidos⁷.

Em seguida, voltamos à América do Sul como essa majestosa fonte de matérias primas, no texto “Iquitos, importante centro de produção de borracha”⁸, de autoria de certo E. Bayless, engenheiro civil estadunidense que trabalhou nas obras sanitárias de Iquitos, no interior do Peru, no início da década de 1910. A Iquitos do artigo é uma cidade moderna, de edifícios “pouco comuns em cidades sul-americanas de mesmo porte” (30 mil habitantes no período das chuvas). A riqueza vem da borracha e da presença estrangeira. Seu imponente cais fluvial, construído pela Iquitos Steamship Company, Ltd. é associado à modernidade da cidade incrustada no meio da selva. A cidade aparece, assim, como próspero fruto do sucesso do pan-americanismo: em 1912,

⁵ *Boletim da União Pan-Americana*, maio de 1917, vol XII, n. 5, p. 241-249.

⁶ *Boletim da União Pan-Americana*, maio de 1917, vol XII, n. 5, p. 250-256.

⁷ No Brasil, Lima Barreto lamentava as tentativas de cópia dos *skyscrapers*, chamados por ele de “descabelados sobrados insolentes” (BANDEIRA, 2007, p. 288).

⁸ *Boletim da União Pan-Americana*, maio de 1917, vol XII, n. 5, p. 257-264.

graças aos esforços do Dr. George Converse, da Diretoria de Saúde Pública dos Estados Unidos, a cidade foi saneada, e “as ruas tomaram um aspecto moderno”, como diz a legenda de uma das fotos da cidade. É destacado um aspecto político importante: a cidade possui um tribunal e um sistema legal “que funciona”, e, embora o prefeito seja nomeado por Lima, o alcaide é eleito pela população, que geralmente escolhe um dos comerciantes de borracha estrangeiros, segundo o texto. A cidade, portanto, além de ser moderna, isto é, associada aos negócios estadunidenses, tem um sistema político apreciado pela “civilização americana”. Não só isso, o texto parece sugerir, ao dizer elogiosamente que a população escolhe seu administrador local, que ao eleger o negociante de borracha próspero, possivelmente um arquétipo do *self-made man*, escolhe o melhor dentre eles.

O texto que segue poderia ter sido escrito pelo Caliban de Enrique Rodó em *Ariel*, como arquétipo do utilitarismo e da mentalidade da conquista material. O “Ensino Hortícola nas Escolas Elementares dos Estados Unidos”⁹, introduz o tema das hortas nas escolas primárias como uma atividade financeiramente aproveitável, que ocupará o “tempo perdido” das crianças com uma atividade produtiva, gerando receita¹⁰. O espírito utilitarista não se manifesta pela vontade de produzir alimentos, mas sim porque a produção deles e a atividade lúdica da horta é um mero detalhe diante do motivo maior, a saber, a questão do valor: de produzi-lo (produzir valor, e não hortaliças) e

⁹ *Boletim da União Pan-Americana*, maio de 1917, vol XII, n. 5, p. 264-272.

¹⁰ Há inclusive um cálculo do efeito da implantação das hortas nas escolas dos Estados Unidos para economia do país: se 1 terço das crianças das escolas entre 6 e 15 anos trabalharem nas hortas, 300 milhões de dólares por ano seriam injetados na economia.

“É difícil calcular qual será o resultado deste projeto em completa execução por todo o país. Para as crianças ele representará saúde, força, alegria, hábitos de trabalho, e *compreensão do valor do dinheiro medido em trabalho*, e interpretação dos fenômenos e forças da natureza que será mais fácil de assimilar do que as lições da escola. Aprenderão também, pelo menos *o princípio fundamental da ética social, que todos os homens e mulheres deverão trabalhar para ganhar a sua vida pelo seu esforço*; e que devem com qualquer classe de trabalho intelectual, manual ou artístico, contribuir para a riqueza social com tanto quanto dela se tira; que deverão pagar com qualquer espécie de moeda o que elas adquirem. Os resultados econômicos e sociais são também dignos de consideração. Experiências que se tem feito tem provado que desde que se orientem bem as crianças das idades citadas [de 6 a 15 anos], elas podem colher de um oitavo de acre de terreno hortaliças no valor de 50 a 100 dólares anuais. A terça parte das crianças das escolas dos Estados Unidos poderá produzir 300.000.000 de dólares por ano!”. *Boletim da União Pan-Americana*, maio de 1917, vol XII, n. 5, p. 268.

ensiná-lo às crianças. Ao longo do texto estão dispostas fotos de crianças trabalhando em hortas, e a presença do artigo no boletim sugere que o projeto está sendo indicado para o restante da América. Talvez tenha aparecido em algum dos congressos pan-americanos de educação. A questão do valor se repete no texto seguinte¹¹, que trata de uma expedição “etnográfica” e “arqueológica” realizada por uma equipe do Museu Universitário da Filadélfia que, a partir de uma base no consulado estadunidense de Belém, no Pará, encontrou na Guiana Inglesa, índios que, graças aos esforços de certo Sr. Melville, eram os “mais inteligentes, sagazes e progressistas e [...] já aprenderam a trabalhar para o ganho, e conhecem o valor do dinheiro e do trabalho”¹².

O último bloco do boletim de maio de 1917 é, no mínimo, caricatural: consiste em uma lista comentada das últimas geringonças inventadas nos Estados Unidos¹³. Chamo-a de caricatural porque, dado o tom do boletim como um todo, essa sessão se justifica como exposição e exaltação dos progressos técnicos realizados na “irmã” do norte, mas as invenções expostas são um tanto quanto curiosas. Inclui um sistema de ensino de direção automobilística para mulheres (as mulheres no volante são consideradas como “um grande problema”); um veículo que é um híbrido de automóvel e avião¹⁴; um apanhado de boias e ripas de madeira utilizado como alvo pela Marinha dos Estados Unidos para treino de tiro; um tipo revolucionário de barraca para acampamento, e outras peculiaridades da indústria estadunidense.

O que começamos a detectar, através deste boletim, é uma reprodução, ajustada, é verdade, de aspectos presentes no discurso do Destino Manifesto. O “progresso” técnico proveniente dos Estados Unidos e exposto nos textos deste exemplar do boletim não se difere essencialmente do texto de O’Sullivan, quando este dizia, em 1845, que o americano (estadunidense) chegava com o arado, o rifle e a casa de reuniões, levando a civilização para o Oeste¹⁵. Ao fim da exposição sobre as publicações da União Pan-

¹¹ *Boletim da União Pan-Americana*, maio de 1917, vol XII, n. 5, p. 272-276.

¹² *Boletim da União Pan-Americana*, maio de 1917, vol XII, n. 5, p. 272.

¹³ *Boletim da União Pan-Americana*, maio de 1917, vol XII, n. 5, p. 276-279.

¹⁴ Segundo o texto, o carro-avião foi exposto na “recente exposição Pan-Americana de Nova York”.

¹⁵ “The Anglo-Saxon foot is already on its borders. Already the advance guard of the irresistible army of Anglo-Saxon emigration has begun to pour down upon it, armed with the plough and the rifle, and marking its trail with schools and colleges, courts and representative halls, mills and meeting-houses”.

Americana seremos capazes de sustentar com mais profundidade esta afirmação. É-nos fundamental, para isso, tratar da questão do regime político, que aparece substancialmente em alguns momentos do discurso pan-americanista.

A questão do regime político republicano-democrático, pedra de toque do pan-americanismo, aparece, por exemplo, em uma separata do boletim de novembro de 1917¹⁶, que trata da entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, ocorrida em abril, na “luta da democracia contra a autocracia”. A reprodução do discurso de John Barret, então diretor do órgão, revela uma pressão dos Estados Unidos para a declaração de guerra em conjunto dos outros países americanos contra as Potências Centrais. Até então Argentina, Chile, Venezuela, Colômbia e equador não haviam rompido relações com o inimigo dos Estados Unidos.

Em dezembro de 1917, outra separata do Boletim em português trazia o seguinte título: “O 15 de Novembro na Imprensa dos Estados Unidos”¹⁷. Tratava-se de uma seleção de editoriais de grandes jornais estadunidenses saudando o aniversário da Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil e a adesão do país aos Aliados na guerra, que ocorrera no dia 26 de outubro. É sintomático, para a questão do regime político democrático associado ao continente americano, que a introdução da publicação coloque o 15 de novembro de 1889 como “o dia em que todo continente americano passou a ser governado pela vontade exclusiva dos seus povos”, em referência à queda da última monarquia, um corpo estranho ao continente.

A série de editoriais ou trechos de editoriais expostos¹⁸ na separata gira em torno das mesmas considerações: o governo republicano, a associação deste modelo político com uma ideia de civilização, e a consolidação desses valores através da adesão aos Estados Unidos na guerra. O *The Public Ledger*, da Filadélfia, sintetiza a questão:

John O’Sullivan em “Annexation,” *United States Magazine and Democratic Review* 17, no.1 (July-August 1845).

¹⁶ BN II-387,5,2 n. 3. *Separata do boletim de novembro de 1917*.

¹⁷ BN II-387,5,2 n. 4. *Separata do boletim de dezembro de 1917*.

¹⁸ Os editoriais são dos jornais da cidade de Nova York New York Herald, The Sun, New York American, e o The Public Ledger, de Filadélfia. Além dos editoriais reproduzidos há extensa lista de outros jornais que publicaram textos sobre o 15 de novembro.

Com a mesma devoção pelos ideais de liberdade e liberalismo e com qualidades de admirável previdência e nobres interesses, o Brasil começou por suspender as relações e recentemente declarou guerra à Alemanha, e está a nosso lado combatendo pela liberdade e pela verdadeira civilização em oposição à tirania e ao barbarismo científico¹⁹.

A seleção dos editoriais feita pela União Pan-Americana, todos falando no mesmo tom, é significativa por explicitar os sentidos políticos por trás de seu pan-americanismo e colocar, ainda que de modo incipiente, que estas ideias são, de alguma forma, um elemento comum dos países americanos, esse continente supostamente governado pela vontade de seus povos. De modo insistente, o discurso dos valores da democracia e do liberalismo é peça fundamental da conceituação de pan-americanismo. Não por acaso, esse discurso coincide com a autoimagem dos Estados Unidos como nação democrática, e relaciona-se com a ideia do nacionalismo ideológico proposta por Neville (1994)²⁰.

Além destas breves considerações sobre a entrada, ainda que simbólica, do Brasil na Primeira Guerra Mundial, como a posição do Brasil no continente americano é trabalhada pela União Pan-Americana? O boletim de setembro de 1922 nos fornece algumas indicações.

Entre setembro de 1922 e março de 1923 aconteceu na Capital Federal, após a reforma urbana modernizadora que incluiu a demolição do Morro do Castelo, a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. A Exposição é parte de uma conjuntura que fez com que o ano de 1922 se tornasse paradigmático para o debate político e intelectual acerca da questão nacional brasileira, e que inclui a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a Semana de Arte Moderna e o surgimento do Tenentismo (MOTTA, 1992, p. 3).

A União Pan-Americana dedicou o boletim de setembro de 1922²¹ às comemorações do centenário e à Exposição Internacional organizada pelo governo de

¹⁹ BN II-387,5,2, n. 4.

²⁰ A ideia de um nacionalismo que, paradoxalmente, não conhece fronteiras, por ser pautado em uma forma de governo, o chamado “democrático”, e a crença em uma missão de espalhá-lo pelo mundo.

²¹ Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3.

Epitácio Pessoa²². Permeado por poemas ufanistas²³, o boletim é um grande ode aos Estados Unidos do Brasil, o que não deve, porém, fazer-nos descartá-lo como simples item propagandístico. É preciso buscar o seu significado diante de um contexto específico no qual a República se apropriava do feriado de 7 de setembro, data do estabelecimento da monarquia do Brasil independente, e, para isso, apoiava-se em parte em uma ideia de pan-americanismo. A questão do regime político aparece, portanto, em dois sentidos: como elemento constituinte do pan-americanismo enquanto conceito próprio da União Pan-Americana e dos Estados Unidos, mas também como modo de afirmação do governo brasileiro em seu auto-entendimento enquanto República. Esta é uma importante conexão entre uma ideia em certo sentido internacionalista, o pan-americanismo, e a afirmação de uma nacionalidade. Conexão esta que não é somente de 1922, mas apareceu de modo contundente em 1889, quando da proclamação da República (BANDEIRA, 2007, p. 203).

É preciso ter em conta, para o entendimento dos textos dessa edição especial do boletim, que o período das comemorações do centenário marca o auge de uma disputa pela conquista da legitimidade por parte de diferentes projetos que buscavam definir um Brasil moderno. Havia um consenso no meio intelectual e político de que o Brasil perdera o bonde da civilização, se comparado com Europa e Estados Unidos, e era preciso modernizá-lo. As divergências e multiplicidades de projetos e de conceituação aparecem em torno da discussão do que é ser moderno. Esta discussão envolve um processo de reinterpretação do passado, diagnóstico do presente e projeção do futuro

²² A primeira página do Boletim é toda ocupada por foto do Presidente Pessoa. Ele foi o representante do Brasil no encerramento da Conferência do Tratado de Versalhes, em 1919, após os Estados Unidos terem vetado a participação de Rui Barbosa devido desentendimentos ocorridos na 2ª Conferência de Paz de Haia de 1907 com os delegados estadunidenses, e as críticas que o brasileiro fez à Doutrina Monroe ao longo dos anos (BANDEIRA, 2007, p. 290). Pessoa foi eleito presidente e antes de tomar posse fez viagem aos Estados Unidos, retornando ao Brasil a bordo do navio de guerra *Idaho*, em ato de forte peso simbólico para as relações do país com os Estados Unidos. Não por acaso, foi o governo de Pessoa que realizou os primeiros empréstimos junto a instituições financeiras de Nova York e fez acordo com a Marinha dos Estados Unidos para treinar a Marinha do Brasil.

²³ Além do Hino Nacional, composto por Ozorio Duque Estrada (o poema foi oficializado como Hino em 6 de setembro de 1922 pelo presidente Epitácio Pessoa, o que atesta a preocupação com os símbolos da República na época), estão presentes os poemas *O Brasil* e *O Caçador de Esmeraldas*, de Olavo Bilac; *Minha Terra* e *Sete de Setembro*, de Casimiro de Abreu; *Fora da Barra*, de Luiz Guimarães; *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias.

(MOTTA, 1992, p. 5-6). Ora, o que vimos até aqui publicado nos boletins da União Pan-Americana se não *uma* ideia do que é ser moderno? Assim, o boletim de setembro de 1922 inclui-se no contexto dos debates brasileiros da década de 1920 como parte da discussão sobre a civilização e a nacionalidade brasileira.

O texto que abre o boletim²⁴ é de L. S. Rowe, que ocupava o cargo de diretor da União Pan-Americana desde 1920, e nos conta que em 1906, quando da 3ª Conferência Pan-Americana, no Rio de Janeiro, realizou viagem pelo Brasil, em parte acompanhado por Joaquim Nabuco, o eminente pan-americanista brasileiro. O tom geral do texto é de elogio ao “progresso humano” do país, que se verifica na Exposição Internacional. O discurso da “democracia americana” é evidente na conclusão do texto:

O Brasil entra neste momento para o segundo século de sua existência nacional com uma perspectiva sem precedentes de desenvolvimento tanto espiritual como material. Sem dúvida alguma, está destinado a desempenhar um papel importantíssimo nos destinos deste continente. Um *grande orientador da democracia americana*, ele tem dado ao mundo um exemplo de desenvolvimento político ordenado, de vigor intelectual fora do comum, de real consecução nas artes e nas ciências de que bem se pode orgulhar seu povo²⁵.

Na mesma página, uma imagem de Tiradentes, chamado de “protomártir da república”. Aos poucos, uma convergência entre o discurso tipicamente pan-americano, e o jogo de símbolos da República vai se configurando. Certamente, a colocação da República dos Estados Unidos do Brasil como “grande orientador da democracia americana” contribui para a legitimação do regime.

É significativo que o texto seguinte²⁶, de certo Langworthy Marchant, faça um apanhado geral da história do Brasil, incluindo o período Imperial, e estabeleça uma linearidade histórica pautada pelo liberalismo desde 1808, quando a família real portuguesa se estabeleceu no Brasil e abriu caminho para a independência. Não nos importa aqui discutir permanências e rupturas entre Império e República, mas é

²⁴ *O Centenário da Independência do Brasil*, Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3, p. 162-164.

²⁵ *O Centenário da Independência do Brasil*, Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3, p. 164. Grifos meus.

²⁶ *Feitos Memoráveis de Um Século de Independência*, p. 166-188, de autoria de Langworthy Marchant, funcionário da União Pan-Americana.

fundamental destacar que se, por um lado, o pan-americanismo, em suas origens, estabelece um corte entre as repúblicas americanas que seguiriam um “modelo democrático estadunidense” e as “monarquias retrógradas da Europa”, por outro estabelece esse modelo democrático como *tradição*²⁷ do continente americano, isto é, como um dos fatores que teoricamente unem a América em torno de um mesmo “espírito”. Faz-se necessário para o discurso, portanto, tratar da monarquia brasileira (1822-1889) como algo que não é assim tão distante dos valores tidos como tipicamente americanos, apesar de sua excentricidade. Assim, Dom Pedro II é apontado como um grande liberal, criado “nos princípios do liberalismo e da democracia”, e a monarquia brasileira é dita ter sido perpassada por um “espírito republicano incontestável”. Nenhuma menção aos laços da monarquia brasileira com a Europa é feita.

De fato, a questão do regime político manifesta-se de modo significativo no Brasil porque o golpe militar que instalou a República ocorreu durante a 1ª Conferência Pan-Americana, que se realizava em Washington. A mudança do regime reorientou²⁸ as instruções à delegação brasileira, cuja chefia passou a Salvador de Mendonça, diplomata, que havia sido um dos arquitetos do Movimento Republicano de 1870. Sobre o Império do Brasil, Santos conclui que

A natureza monárquica do regime político condicionou a atuação do Estado brasileiro em muitos campos e também na política externa. O Império não podia ter uma política verdadeiramente americanista sem pôr em questão a identidade que tentava criar para si como um posto avançado da civilização europeia em um continente marcado por repúblicas vistas como anárquicas e instáveis. Assim, desde cedo a diplomacia imperial desenvolveu resistência à ideia interamericana e às suas propostas concretas, mas sempre com a reserva de não ver o Brasil excluído no caso de essas iniciativas prosperarem, o que se explica pelo receio de uma aliança antibrasileira. Essa política geral foi seguida com poucas variações, a despeito da disparidade do alcance e das causas imediatas dos diversos congressos interamericanos do século XIX (SANTOS, 2004, p. 135).

²⁷ Este é um elemento muito importante, uma vez que o discurso da *tradição* pan-americana, como veremos em outros momentos, aproxima-se da *naturalização* de uma postura política tipicamente americana. Isto é, tal como se a solidariedade continental, por ser marcada naturalmente (necessariamente) por uma postura política “republicana e democrática”, fosse ela mesma também necessária e natural.

²⁸ Ver SANTOS, 2004, p. 125.

Vimos como essa memória da monarquia foi reinterpretada no texto de Marchant, e veremos em seguida em maiores detalhes esta questão nos autores brasileiros dos textos deste boletim.

Os aspectos comerciais, fundamentais para o pan-americanismo, não foram esquecidos nesta edição comemorativa do boletim. Em breve texto de Sebastião Sampaio²⁹, adido comercial do Brasil nos Estados Unidos e responsável pela divulgação da Exposição Internacional do Centenário naquele país, a amizade entre os gigantes do norte e do sul aparece como “secular e tradicional”. Em suas considerações finais Sampaio coloca como extremamente positivo o fluxo de “pessoas importantes”, isto é, banqueiros, exportadores, importadores, homens de negócios em geral, que vem dos Estados Unidos para a Exposição, que servirá, segundo ele, não só como propaganda permanente, mas também como prova “de amizade para com os irmãos do norte”.

Um importante *businessman* escreveu o outro texto sobre comércio. Nada menos que Kermit Roosevelt, filho do ex-Presidente Theodore Roosevelt, assina o artigo *O Brasil como Campo para o Emprego de Capitais Estrangeiros*³⁰. Novamente a figura de Joaquim Nabuco é mencionada, ao dizer que o diplomata brasileiro era amigo pessoal de seu pai. A “amizade histórica” aparece quando a participação formal do Brasil na Primeira Guerra, ao lado dos Estados Unidos, é mencionada, e se diz que mesmo nos momentos em que outras nações latino-americanas foram hostis aos Estados Unidos, o Brasil se manteve fiel à amizade, o que se pode dizer com certa dose de verdade. Com base nessa cordialidade histórica, o Brasil aparece como um campo interessante para investidores estadunidenses. A ressalva, básica para qualquer investidor, é de que é preciso *conhecer* o Brasil, estudá-lo em suas condições políticas, geográficas, econômicas, etc., para investir bem. Ora, são exatamente esses estudos com fins comerciais uma das principais atribuições da União Pan-Americana.

Os setores da borracha, na Amazônia, e do café, em São Paulo, são mencionados como campos de investimento. O texto é concluído com um relato esperançoso sobre o

²⁹ *A Propaganda do Centenário e da Exposição do Brasil nos Estados Unidos*, Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3, p. 190-196.

³⁰ Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3, p. 221-228.

futuro do país, como mensagem clara aos investidores. Antes disso, porém, um ponto chama atenção: ao falar dos recursos minerais a serem explorados no Brasil³¹, Kermit Roosevelt menciona a grande presença de capital inglês no estado de Minas Gerais, mas diz também que a *United States Steel Corporation* já possuía grandes extensões de terra na região para exploração dos minérios. Esta informação é importante, pois sinaliza a substituição do predomínio do capital inglês nos investimentos estrangeiros no Brasil pelo capital estadunidense, processo que se acelerou com a guerra de 1914-1918. Bandeira aponta que

Os Estados Unidos conquistaram, porém, posições das mais importantes na economia brasileira, numa segunda frente de combate, que travou contra os seus próprios aliados da Entente, a Inglaterra e a França. Assumiram a hegemonia das importações brasileiras. Quebraram o monopólio dos europeus sobre as jazidas de ferro e as comunicações telegráficas do Brasil. E entraram nas estradas de ferro que os capitais belgas, ingleses, alemães e franceses construíram, para controlar o comércio do Brasil e assegurar o mercado às indústrias de aço e de material ferroviário a eles associadas (BANDEIRA, 2007, p. 281).

O favorecimento econômico dos Estados Unidos no Brasil foi facilitado pela Primeira Guerra Mundial ao enfraquecer a capacidade europeia (principalmente inglesa) de efetuar investimentos e realizar empréstimos. Essa penetração econômica, porém, é fruto de uma política direcionada e ligada ao pan-americanismo, que desde sua origem buscava, com a proposta de união aduaneira e uma série de outras medidas, como os acordos bilaterais envolvendo o café no Brasil e os produtos manufaturados dos Estados Unidos³², concretizar esta priorização da economia estadunidense em relação à América e ao Brasil.

³¹ Percebe-se que todos os campos de investimento que Kermit Roosevelt menciona são de produção ou exploração de matérias-primas, ou de desenvolvimento de estrutura para escoamento dessa produção, quando são mencionados os investimentos ferroviários no país.

³² Estes acordos, firmados inicialmente em 1891, com Salvador de Mendonça, e depois revistos ao longo das duas primeiras décadas do século XX, eram marcados, basicamente, pelo fato de que o Brasil reduzia as taxas de importação de produtos industrializados estadunidenses, em troca da redução da taxa do café brasileiro nos Estados Unidos. O problema, para o Brasil, é que a redução das taxas do café não era exclusiva para o café brasileiro. Bandeira (2007, p. 276) diz que isso é a “manifestação econômica do pan-americanismo”.

O Comissário Geral dos Estados Unidos da América à Exposição do Centenário Brasileiro, Coronel David Charles Collier, em seu texto³³, destaca o grande fluxo comercial entre seu país e o Brasil, que muito aumentou após a guerra, apresentando a típica lista de produtos primários exportados pelo Brasil. É significativo que ele aponte que “um ato amigável nesse sentido [de facilitação das relações comerciais] foi a adoção de direitos preferenciais no Brasil referente à importação dos Estados Unidos”, que antes mencionamos. O comércio americano se configura, neste discurso, como “ato amigável”, que é como se pretende qualificar o pan-americanismo: uma amizade continental.

É este espírito da “amizade continental” pautada em um regime político comum que se expõe, mais uma vez, nos dois últimos textos que analisaremos, fechando o boletim de setembro de 1922, escritos por dois diplomatas brasileiros, Oliveira Lima e Hélio Lobo, expondo aspectos do pan-americanismo brasileiro da Primeira República.

Em *Uma Velha Amizade Internacional: Brasil e Estados Unidos*³⁴, temos o discurso que Hélio Lobo, cônsul geral do Brasil em Nova York, proferiu no edifício da *United Engineering Societies*, sob os auspícios da *Pan American Society of the United States*, em março de 1922. Dificilmente em um evento como esse o discurso seria outra coisa que não um elogio às políticas internacionais dos dois países. Entretanto, chama atenção para nossos propósitos não o mero elogio, mas os termos no qual é colocado. A democracia americana é posta como um modelo para o mundo, e como modelo de inspiração da República brasileira, que, de fato, teve sua Constituição inicial inspirada diretamente na Constituição dos Estados Unidos. O Brasil é equiparado, no discurso, ao “irmão” do norte, e é explicitada a cisão entre as formas políticas do Velho e do “Novo Mundo”; a forma liberal e democrática como sendo tipicamente americana. Ele diz que

Tal era no Brasil o ambiente liberal cedo iniciado, que as formas do velho mundo, para ele transplantadas mesmo na sua feição mais suave, tivera que afeiçoar-se ao meio em vez de a ele se superporem. Toda nossa história constitucional e parlamentar nada mais significa que a realização

³³ *A Importância da Participação Internacional na Exposição do Centenário*, Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3, p. 197-202.

³⁴ Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3, p. 209-219.

fundamental dessa verdade. Eis porque nos chamaram de democracia com coroa. Não posso pensar nisso sem lembrar também a perfeição de vosso aparelho político, instituído para reger menos de quatro milhões e hoje abrigando sob suas garantias mais de cem milhões prósperos e felizes³⁵.

Notamos que a monarquia aparece como elemento europeu que, ao permanecer no Brasil entre 1822 e 1889, “em sua feição mais suave”, isto é, mais republicana, foi forçada a adaptar-se ao “meio americano”, republicano, por sua vez. Segundo ele, Dom Pedro II, quando visitou os Estados Unidos para as comemorações do centenário do país, em 1876, era o “Imperador de uma monarquia que dava lições aos mais democráticos países da terra”, e ele sentiu-se bem entre os estadunidenses.

Há aqui uma *operação de memória*, na qual o passado é reinterpretado de modo a legitimar um caminho que procura se consolidar no presente e projetar-se sobre o futuro. A monarquia, que teve que lidar com sua posição estranha na América e que oscilava entre manter-se como baluarte da civilização nos trópicos a partir de um modelo europeu, é reinterpretada, neste texto, a luz de republicanismo modernizador ligado ao pan-americanismo. A memória relaciona-se profundamente com um debate de formação nacional, ela é campo de disputa, “instrumento e objeto de poder” (MOTTA, 1992, p. 12). É por isso que, de modo recorrente, os debatedores do pan-americanismo buscam suas raízes em períodos distantes e pouco prováveis, com o fim de criar-lhe uma memória e uma tradição. Ao mesmo tempo, essa memória não pode ser criada no ar; ela precisa ser fruto de interpretações e reinterpretações minimamente aceitáveis e pautadas em algum elemento concreto, que seja, por exemplo, no caso da discussão sobre o que é ser moderno, a pujança material que se via nos Estados Unidos.

Lobo dá, também, uma interpretação curiosa da Doutrina Monroe, elemento fundamental do conceito de pan-americanismo. Neste discurso ele a coloca como uma *política de assistência recíproca*, prontamente acolhida pelo Brasil. De fato, o Brasil reconheceu em algumas oportunidades a Doutrina Monroe, como quando Joaquim Nabuco, na 3ª e na 4ª Conferência Pan-Americana teceu elogios à política dos Estados Unidos (BANDEIRA, 2007, p. 279), mas é difícil sustenta-la como uma política de assistência recíproca. Novamente a cordialidade e a amizade entre os dois países é posta

³⁵Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3, p. 209-219.

como algo *tradicional*, cuja consolidação se deu com Rio Branco e Joaquim Nabuco, o que se enfatiza ainda mais pelo que ele chama de complementaridade econômica, isto é, a possibilidade ampla de comércio pelo caráter diferenciado de sua produção, um lado produzindo matérias-primas, e o outro, produtos industriais. Ele cita explicitamente, embora sem justificar, que a substituição dos capitais europeus por capitais americanos, era algo extremamente positivo para ambos os lados. O texto termina com uma foto da visita da esquadra estadunidense ao Brasil, que ocorreu em julho de 1917, pouco tempo depois do rompimento das relações do Brasil com a Alemanha.

Oliveira Lima, em *O Futuro do Brasil*³⁶, também opõe o “Novo Mundo” ao “Velho”, ao dizer que o primeiro é “um lugar muito mais pacífico do que guerreiro”, e justificar os conflitos interamericanos como causados por resquícios de antigos conflitos europeus que se reproduziram na América, mas que com o tempo serão superados. No “Novo Mundo”, segundo ele, não há espaço para discussões sobre *hegemonia*, palavra que ele desejava ver “banida do nosso vocabulário político e substituída pelas expressões do progresso harmonioso e progressivo que os Estados Unidos têm promovido”. Como atestado de que está em jogo um modelo de civilização, Lima fala da questão racial do Brasil, e sobre como o negro tende a desaparecer pela mestiçagem e pela imigração, dado a isso uma conotação positiva, com o pensamento típico da época. Ele conclui, de modo que para nós é um tanto quanto caricatural (como muitos elementos até aqui analisados), que “O Brasil celebra o centenário de sua vida como nação com a igualdade de todas as suas crenças e todos os seus cidadãos, no verdadeiro espírito que Tocqueville desejava ver inspirando a democracia americana”. O que vemos é uma aproximação da autoimagem do Brasil à autoimagem dos Estados Unidos.

A breve análise destes boletins nos permitiu, portanto, especificar o discurso pan-americano oficial, isto é, de um de seus órgãos mais representativos, como um discurso fortemente associado a elementos da autoimagem estadunidense, do progressivismo, da democracia, da luta contra as autocracias e de seu dever civilizador. Tudo isso colocado como parte de uma “irmandade” continental, de um Novo Mundo destinado a ser o baluarte deste progresso e desse “governo de homens livres”. Ao

³⁶ Boletim da União Pan-Americana, setembro de 1922, vol. XXIII, n. 3, p. 204-207.

mesmo tempo, a análise da edição comemorativa do boletim de setembro 1922 nos permitiu estabelecer alguns pontos que explicam a repercussão de um discurso aparentemente tão irreversivelmente estadunidense no Brasil, fornecendo uma pista sobre o espaço que a ideia estadunidense do pan-americanismo encontrava para penetrar em outros países americanos através do fornecimento de um modelo de modernidade.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Luiz A. M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BETHELL, Leslie. Brazil and Latin America. **Journal of Latin American Studies**, vol. 42, 2010, p. 457-485.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora Unb, 2002.

CONNELL-SMITH, G. **The United States and Latin America: An Historical Analysis of Inter-American Relations**. Londres: Heinemann Educational Books, 1974.

DULCY, T. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. 2008. 134 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2010.

FERES Jr, João. **A História do Conceito de “Latin America” nos Estados Unidos**. Bauru: EDUSC, 2005.

GRANDIN, Greg. Your Americanism and Mine: Americanism and Anti-Americanism in the Americas. **The American Historical Review**, vol. 111, n. 4, 2006, p. 1042-1066.

LOBO, Helio. **O pan-americanismo e o Brasil**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1939.

MOTTA, Marly Silva da. **A Nação Faz 100 Anos: a questão nacional no centenário da independência**. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

NABUCO, Joaquim. **Discursos e conferencias nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: B. Aguila, 19-.

NEVILLE, M. American Nationalism, the Monroe Doctrine and Woodrow Wilson's New World Order. In: CERVO, A. L.; DÖPCKE, W. (orgs). **Relações Internacionais dos Países Americanos**: vertentes da história. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1994. p. 230-248.

OLIVEIRA, L. **Pan-americanismo**: Monroe, Bolivar, Roosevelt : 1907. Brasília: Senado Federal, 1980.

PEREIRA, P. J. R. A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910). **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 48, n. 2, p. 111-128, 2005.

RÉ, F. M. Estados Unidos e América Hispânica: espelhos para uma jovem república. **Leviathan**: Cadernos de Pesquisa Política, n. 3, p. 222-271, 2011.

RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991.

SANTOS, L. C. V. **O Brasil entre a América e a Europa**: o Império e o interamericanismo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

VILLAÇA, M. Estados Unidos: 'farol' e 'polícia' da América Latina. In: MUNHOZ, S.; SILVA, F. (Orgs). **Relações Brasil-Estados Unidos**: séculos XX e XXI. Maringá: Eduem, 2011. p. 65-101.